

Nota Introdutória

Manuel Pinto* e Sara Pereira**

Como aprender a ler um mundo tão diverso e tão problemático como é aquele em que nos é dado viver e que tem o condão de não nos proporcionar uma alternativa que não seja no plano simbólico, dos sonhos e dos desejos? E como aprender não só a ler, mas também a intervir nele e participar nas melhores soluções para os desafios que ele coloca?

As perguntas poderiam ser formuladas a partir dos, cada dia mais numerosos, territórios em que as questões da literacia se levantam. Basta, para tal, constatar a quantidade de adjectivos que namoram e se casam com o termo *literacia*.

Depois de uma (longa) etapa em que as competências da aprendizagem da vida e do mundo se configuravam em torno da trilogia ler-escrever-contar e encontravam na educação escolar o seu *locus* privilegiado, passou-se, na segunda metade do século XX, a uma crescente consciência do lugar decisivo que deveria ocupar a educação para os *media* na sua tríplice apresentação de recurso, tópico e meio de expressão e participação. Numa era global como é a actual, de redes planetárias, de aprendizagem cada vez menos circunscrita a um tempo e a um lugar, os horizontes da literacia confundem-se progressivamente com as ferramentas, as mediações e as trajectórias para viver com dignidade e sentido a multidimensionalidade da vida.

Insiste-se quiçá excessivamente numa perspectiva logocêntrica da literacia. As práticas e as pesquisas ganhariam porventura em cuidar igualmente de outras dimensões complementares. Há, de facto, um *pathos* da literacia, feito de trajectos, experiências e relações. E há também um *ethos* da literacia, que convoca a inquirição sobre a credibilidade da acção, mas igualmente sobre outros valores referenciais que se jogam no âmago do uso crescente e “democratizado” das ferramentas e redes digitais. Investigação e acção dificilmente podem passar ao lado destes pilares.

Este número de *Comunicação e Sociedade* abre com um artigo, da autoria de Maria Augusta Babo, que reflecte sobre o exercício da cidadania na era do digital. A autora considera que a rede é cada vez mais um meio de participação para a cidadania na

medida em que permite o acesso “aos universos político-cultural e de informação globais” e aceder a “um lugar virtual público de expressão de convicções, de opiniões e de argumentação”. O novo espaço público virtual, refere a autora, está a tornar-se no espaço de cidadania por excelência e, desse modo, a formar o que chama de ‘ciber-cidadania’. Por esse motivo, Maria Augusta Babo fala de um reforço da literacia no digital no sentido de desenvolver não apenas competências de leitura (de apreensão e interpretação do texto) mas também, e principalmente, “capacidades de utilização da informação na rede”.

Este debate é, de algum modo, continuado no artigo seguinte, da autoria de Patrícia Silva. A autora discute a literacia digital ligada à acção cívica, considerando que a “literacia cívica” exige o desenvolvimento de um conjunto de competências de natureza variada que permitirá aos cidadãos uma participação política efectiva. O papel que as tecnologias de informação e comunicação podem desempenhar na promoção da literacia cívica, as suas possibilidades, mas também os seus limites são igualmente objecto de uma reflexão alargada neste texto.

No artigo que se segue, Manuel Damásio debruça-se sobre o conceito de literacia, ensaiando a revisão e o alargamento do conceito para que este enquadre as possibilidades provenientes do processo de mediatização da experiência educativa em ambientes digitais.

Pedro de Andrade oferece-nos, de seguida, uma reflexão em torno de uma outra forma de literacia – a artística. O autor salienta a importância e as possibilidades dos locais informais de cultura, de lazer, de jogo e de informação ao nível da construção dos saberes e da aprendizagem da cidadania. Estes “territórios de formação informal”, como lhes chama o autor, nomeadamente o museu de arte, têm potencialidades únicas na formação artística informal, contribuindo para o exercício de uma cidadania criativa.

A secção *Varia* inclui três textos que, embora com problemática autónoma face à temática do número, mantêm com esta relações, diríamos, peninsulares. Assim, o artigo de Alfredo Suppia debruça-se sobre as questões e os desafios colocados à filosofia da imagem pela tecnologia digital. Suppia discute a suposta ruptura da imagem com o seu referente provocada e possibilitada pelas novas tecnologias digitais.

No artigo seguinte, Lurdes Macedo reflecte sobre a necessidade de desenvolvimento de competências específicas de comunicação face às exigências do mercado de emprego de futuro. Na análise dos resultados de um estudo empírico desenvolvido com jovens recém-licenciados, a autora revela, entre outros aspectos, a necessidade de “reformulação de estratégias e de itinerários pedagógicos dos vários níveis de ensino, no que respeita ao treino e ao desenvolvimento de competências de comunicação”.

Finalmente, o texto de José Sixto reflecte sobre as possibilidades – e não ameaças – e necessidades que as novas tecnologias vieram colocar aos jornalistas e ao modo de fazer jornalismo.